

Presidência
Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão

Ata nº 002/2026/CPADI/PRESI-EBC

Presidência
Comitê Editorial e de Programação

SISTEMA NACIONAL

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA COMUNICAÇÃO (SINPAS)

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EDITORIAL E DE PROGRAMAÇÃO DA
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. – EBC (COMEP)**

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO (CPADI), DE 25 DE MARÇO DE 2026**

CNPJ: 09.168.704/0001-42 NIRE:

53.5.0000348-7

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às quinze horas e dez minutos, reuniu-se o Comitê Editorial e de Programação (COMEP), conjuntamente com o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (CPADI), e com as instâncias integrantes do Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública (SINPAS), por meio de videoconferência, em conformidade com o § 1º do art. 4º do Decreto nº 12.005, de 23 de abril de 2024, e com o § 4º do art. 6º da Portaria-Presidente nº 549, de 8 de outubro de 2024. A reunião contou com a presença do Presidente do COMEP, **PEDRO RAFAEL VILELA FERREIRA**; e dos membros **AKEMI NITAHARA SOUZA**; **ERICO GONÇALVES DA SILVEIRA**; **FILOMENA MARIA AVELINA BOMFIM**; **JULIANA DORETTO** e **PEDRO WILLIAN DOURADO TEIXEIRA**. Participaram, ainda, a Presidenta do CPADI **ANA LUIZA FLECK SAIBRO**, e os representantes do CPADI **FRED LEÃO**; **GABRIEL PHILIPINI FERREIRA BORGES DA SILVA**; **JANAÍNA SANTOS OLIVEIRA**; **KARINA GOMES BARBOSA**; **KAREM RESENDE**; **LUCIANA OLIVEIRA**; **MÁRCIO RIBEIRO GARONI**; **MAIARA SOBRAL**; **RITA DE CASSIA FREIRE**; **ROSE MARA PINHEIRO**; **SEBASTIAN FAUSTINO PEREIRA**, **SAMIRA DE CASTRO**; **WELDER ALVES** e **WENDY DOS SANTOS TONHATI**. Também compareceram à reunião o Diretor-Geral, **DAVID BUTTER NUNES RIBEIRO**; a Ouvidora, **ROBERTA ALMEIDA DANTE**; o Ouvidor Adjunto de Conteúdo I, **RICARDO PEREIRA DE MELO**; a Assessora Especial, **ELOISA DA SILVA GALDINO**; a jornalista **KARIANE COSTA SILVA**; a Gerente-Executiva de Integração de Conteúdo e Rede, **LIDIA GURGEL NEVES HORA**; o Gerente de Projetos e Conteúdos Regionais, **ADRIANO DE ANGELIS MOURA ANDRADE**; o Gerente-Executivo de Comunicação Institucional, **DANIEL FERNANDES MERLI**; a Gerente de Comunicação Interna, **MARCELA ROCHA DE SÁ**; as Assessoras da Secretaria Executiva **RAQUEL DIAS DA ROCHA REIS** e **RAQUEL MARTINS FIQUENE RAMOS**; e as intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras); **CINTHIA SOARES** e **RAQUEL MELO**. Como de praxe nas reuniões dos Comitês, todas e todos que fizeram uso da palavra iniciaram suas participações com as respectivas autodescrições. Os Presidentes do COMEP e do CPADI saudaram os presentes e iniciaram a apreciação dos itens da pauta: **Item 1.1 APROVADA** a Ata da 7ª Reunião Ordinária do COMEP e 5ª Reunião Extraordinária do CPADI, realizada em 17 de dezembro de 2025, e a Ata da 1ª Reunião Ordinária do COMEP e 1ª Reunião Ordinária do CPADI, realizada em 28 de janeiro de 2026. Em seguida houve inversão de itens da pauta e, como **Item 1.2**, a palavra foi dada à Ouvidora-Geral, **ROBERTA DANTE** que manifestou satisfação em apresentar o Relatório de Gestão Anual da Ouvidoria. O documento contempla uma seção de dados quantitativos, em conformidade com a legislação específica das ouvidorias (Lei nº 13.460), bem como uma abordagem qualitativa, alinhada às diretrizes da Lei nº 11.652., e destacou que, a partir de agora,

o documento será encaminhado aos membros dos Comitês, e não mais apenas aos Presidentes, como estava sendo feito devido a uma deliberação de 2021 que proibia a divulgação pública das análises da Ouvidoria. Informou que o relatório já foi entregue à Diretoria-Executiva, apresentado ao Comitê de Auditoria e que será submetido ao Conselho de Administração, com previsão de publicação na intranet e na internet até 1º de abril de 2026. Acrescentou que será divulgada comunicação institucional informando sua publicação, visando garantir a máxima transparência. Comunicou, ainda, que a apresentação do relatório passará a ocorrer de forma periódica, a cada bimestre. Em seguida, a Conselheira **AKEMI** questionou quando a EBC providenciaria a transmissão das reuniões, destacando a importância da transparência nos debates para o fortalecimento da comunicação pública. O diretor-geral da EBC, **DAVID BUTTER**, reiterou que, devido ao ano eleitoral, é preciso alinhar a questão com os outros comitês de participação da Esplanada e frisou que não é papel da direção colocar entraves às transmissões. A Conselheira lembrou que os comitês da EBC não têm relação com o governo, tendo natureza muito diferente dos outros colegiados, e que existem exatamente para garantir que a EBC é uma empresa pública de comunicação, e não do governo. A assessora **ELOISA GALDINO** explicou que, como empresa estatal e parte do Sistema Nacional de Participação, é necessário ter precauções com a transmissão e que o tema tem sido tratado desde o início em comum acordo entre a gestão da empresa e os comitês. A presidenta do **CPADI**, **ANA FLECK**, disse que essa questão está sendo discutida com a diretoria-geral e é a razão para a presença da Secretária Nacional de Participação Social da Secom, **IZADORA BRITO**, para explicar como a questão está sendo tratada nos conselhos que debatem políticas públicas setoriais. O presidente do Comep, **PEDRO VILELA**, disse compartilhar da preocupação de **AKEMI** de dar mais transparência para as ações dos comitês com a transmissão das reuniões, mas ponderou que isso também traz responsabilidades, e que os comitês estão buscando caminhos passo a passo, uma solução de parceria. **Itens 1.3 e 1.4. APRESENTAÇÃO** da Secretária Nacional de Participação Social, **IZADORA BRITO**, e **QUESTIONAMENTOS DOS CONSELHEIROS**. A Secretária saudou a todas e todos e agradeceu o convite. Destacou a prioridade dada pelo Governo Federal no fortalecimento dos mecanismos de participação social, com reativação do Consea, a criação do Fórum Interconselhos e os fóruns regionais de conselhos, além da realização de conferências nacionais acompanhadas e apoiadas pela Secretaria Nacional, mas com respeito às peculiaridades de cada Estado. A conselheira **RITA FREIRE** questionou se as instâncias estaduais incluem as emissoras públicas, já que tinha o entendimento de que os conselhos, sendo nacionais, tratavam de grandes áreas de políticas públicas. Argumentou que por terem uma conformação diferente, os comitês da EBC não estão no Fórum Interconselhos e externou a preocupação de que se garanta também a participação social nas emissoras estaduais. **IZADORA** explicou que cada Estado tem uma instância chamada Fórum de Participação Social do Estado, que são instâncias novas, instaladas até o final de 2024, embora a Secretaria também tenha a participação das instâncias de atuação mais local, nos territórios. O Presidente do Comep **PEDRO VILELA**, em vista da importância da participação social na EBC, questionou quais são os mecanismos para um controle social efetivo, como essa participação social dialoga com as políticas públicas, se existem normativas diferentes. E perguntou quais são as preocupações mais recorrentes dos conselhos, em ano eleitoral, que assegure o debate com segurança jurídica. De acordo com **IZADORA**, todos os conselhos que a Secretaria acompanha são consultivos, e não deliberativos, e o trabalho é de encaminhar as demandas para o ministério finalístico e depois acompanhar e fiscalizar as ações para cobrar o retorno. Ela explicou que surgiram de processos assim políticas como uma instância da resolução de conflitos no Ministério das Cidades e as cozinhas solidárias organizadas por movimentos sociais durante a pandemia e foram ampliadas pelo governo. A Secretária destacou que muitas das políticas públicas que foram desenvolvidas nasceram da “escuta” das discussões dessas instâncias. E mencionou que sua presença na reunião dos comitês se baseava exatamente no entendimento de que não se faz política pública sem uma escuta qualificada. Sobre a demanda do Comep e do Cpadi de fazer a transmissão das reuniões, a Secretária afirmou ser uma novidade no sistema, já que nenhum conselho havia feito esse pedido anteriormente. Informou que, em geral, apenas as aberturas das reuniões são transmitidas ao vivo com a fala do presidente, autoridades, sociedade civil. Afirmou que o papel da Secretaria é que a transmissão seja feita de forma segura, mas que resguarde que o debate seja feito de forma muito franca. Segundo ela, os Comitês são diferentes dos demais, têm outra formação, e que é muito importante garantir a liberdade de colocar em uma democracia.

Para tanto, propôs a elaboração de uma cartilha de orientação de como as pessoas devem se comportar durante a transmissão pública, coisas que não se deve falar, como o apoio a candidaturas ou partidos, utilização de serviços, estrutura ou servidores para fins políticos eleitorais e divulgação de entregas do governo. De acordo com ela, vivemos um momento político muito complicado, e afirmou ter sido muito dura a retomada da participação social, por isso não termos o direito de errar; sem cerceamento, mas com responsabilidade, concluiu. A esse respeito, **PEDRO** explicou que os comitês da EBC fazem o acompanhamento dos conteúdos das emissoras públicas para que não sejam capturadas para uso político e para que reflitam a diversidade e o debate público de acordo com o interesse da sociedade, e que o trabalho é de crítica e propostas para aprimoramentos. E manifestou sua concordância de não estarmos em uma situação de normalidade democrática, ressaltando que “isso aqui é muito caro para nós. Sabemos a delicadeza de se expor e ser alvo”, disse. Por fim, a Secretária informou estar aguardando orientações gerais da Secom e da AGU sobre a conduta dos conselhos de participação durante o período eleitoral e sugeriu que a empresa também debata o mesmo tema com seus comitês. Por fim, a Secretária se colocou à disposição para apoiar o grupo, reforçando a importância da participação social. **Item 1.5 APRESENTAÇÃO** de sugestões de Conselheiros para a constituição de Grupos de Trabalho temáticos internos às Câmaras Temáticas de Jornalismo, nos termos do documento anexo. A Presidenta **ANA FLECK**, lembrou que foi enviada a proposta de metodologia de funcionamento para as Câmaras Temáticas, criadas com base no que dispõem o art. 18, VII, do Regimento Interno e a Deliberação nº 2, de 2026, do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão – CPADI e, secundada pelo Presidente **PEDRO VILELA**, lembrou que a ideia da criação dos GTs é fazer diagnósticos, análises e, ao final, formular e apresentar, provavelmente em julho próximo, em relatórios temáticos, propostas e recomendações para emissoras públicas, como reflexo da participação social. Iniciando as apresentações, a Conselheira **KAREM REZENDE** sugeriu a criação de um **GT sobre acessibilidade**, destacando que se público é tudo aquilo que pertence a todos, todas as pessoas têm que ter acesso, isto é, o conteúdo tem que ser inclusivo e acessível, ter audiodescrição, legenda, libras. E alertou para o fato de que a Lei de Inclusão fala que pessoas com deficiência precisam ter acesso para que possam exercer seus direitos em igualdade de condições. Desse modo, disse que a acessibilidade na EBC deve ir além da TV Brasil, alcançar também as redes sociais, criação de aplicativos acessíveis, etc. Em seguida, o conselheiro **WELDER ALVES** apresentou a proposta de criação de um **grupo de trabalho** que trate do interesse da **Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP)**, que está presente em mais de 2.500 municípios e conta com 165 emissoras e 161 rádios. A proposta tem como base as orientações da Carta de São Paulo, lançada no Encontro da Rede ocorrido em maio do ano passado, na USP. De acordo com ele, o principal problema enfrentado pela comunicação pública é a busca pela independência e por investimentos e financiamento, o que passa pela necessidade de regulamentação da Contribuição de Financiamento do Radiodifusão Pública (CFRP). Propôs que o GT esteja baseado em um tripé: **1. Fomento**. Observou que embora com o Programa Brasil Digital, universidades e emissoras estejam recebendo equipamentos, ainda há limitação de contratação de pessoas e manutenção de equipamentos, o que dificulta a implantação da comunicação pública localmente. **2. Integração**. **WELDER** citou a falta de integração da rede, com poucos encontros anuais, e **3. Participação** chamou a atenção para a também baixa participação das parceiras na programação, a falta de participação da rede nas discussões do TV 3.0, no *streaming* e nas redes sociais da EBC; e a falta de um mecanismo que possibilite a troca de conteúdos entre as parceiras, e não só de cada parceira com a EBC. Citou, ainda, questões políticas e ideológicas, que definem as emissoras parceiras preferidas e as preteridas a cada mudança de governo. A Conselheira **RITA FREIRE** apresentou a proposta de um levantamento sobre o perfil das emissoras integrantes da rede, já que algumas têm perfil de comunicação pública, outras são governamentais, outras vendem publicidade, algumas têm conselhos, para avançar na implementação da participação social nas parceiras. Sugeriu que se trabalhe em conjunto com o GT, e propôs o envolvimento da sociedade civil, das organizações de comunicações, para auxiliar nesse processo. A Conselheira **SAMIRA de CASTRO**, Presidente da Fenaj, manifestou apoio à proposta do mapeamento das emissoras da rede, e colocou a capilaridade da entidade e do FNDC à disposição para o trabalho. **WELDER** concordou e lembrou que, em maio, ocorrerá o Encontro da Rede no Rio de Janeiro, sugerindo a participação dos comitês no evento para apresentar o Sistema de Participação. A Gerente-Executiva de Integração

de Conteúdos e Rede, **LIDIA NEVES**, elogiou o fato de os comitês discutirem a rede, e disse que a EBC está vivendo um momento muito importante nessa área, uma mudança de paradigma em vários níveis, a incorporação de novas parceiras, o que traz problemas como diferença de condição de produção de conteúdo, expectativas de serem contempladas com espaço na grade, entre outros. Afirmou que acredita poder discutir esses e outros temas no encontro da rede que será realizado em maio no Rio de Janeiro. E mencionou que há conversas com a Assessoria de Participação Social para tratar da criação de instâncias de participação social no âmbito das parceiras. **ELOISA GALDINO** informou que, em conversa com a Diretoria Geral da EBC, está sendo pensado o lançamento de uma cartilha para as emissoras da RNCP implantarem seus mecanismos de participação social. A Conselheira **RITA FREIRE** solicitou que representantes dos comitês pudessem participar do encontro da rede. Seguindo nas apresentações, a conselheira **JANAÍNA OLIVEIRA** sugeriu a criação de um **GT** que trate da **diversidade e representatividade** na EBC. Informou que por ocasião da elaboração do Edital de Seleção TV Brasil, a Associação de Profissionais do Audiovisual Negro (APAN), da qual é Vice-Presidenta, lutou juntamente com outras entidades a adoção do conceito de empresas vocacionadas negras, indígenas e PCDs junto à diretoria da EBC. Segundo ela, na Lei Paulo Gustavo, com os primeiros editais de cultura, de audiovisual, a representatividade estava apenas na parte da contratação, e essa verba pública estava indo para empresas não-diversas, com pessoas brancas não-diversas do Sudeste, Rio e São Paulo, especialmente. E afirmou que a luta é para “dar cor” para as empresas. Assim, de toda verba pública destinada ao audiovisual ao menos 25% seriam destinados a essas empresas vocacionadas. Outra questão apresentada pela Conselheira diz respeito à falta de diversidade entre os trabalhadores da empresa. Afirmou haver um problema de tokenismo muito sério na empresa. Deu como exemplo o carro chefe da TV Brasil, o Sem Censura, que embora receba pessoas negras na bancada, tem a direção e a pauta brancas. Elogiou o programa da Eliana Alves Cruz, mas apontou que a produção é toda branca. E afirmou que há algumas caras diversas nos programas, mas essas caras não têm condições de propor os temas dentro dos programas. **JANAÍNA** chamou a atenção, ainda, para o descumprimento da legislação no recente edital para contratação de conteúdos para a TV Brasil, especialmente com relação ao fato de que a política afirmativa exigida pela Ancine foi vista como um problema. A Presidenta Ana Fleck pediu que Janaína formulasse um pedido de informação sobre essa questão para os Comitês encaminharem à direção da EBC. A jornalista **KARIANE COSTA** informou que a EBC conta com um Comitê de Pró-Equidade de Gênero e Raça cujo relatório será apresentado oportunamente aos Comitês. Também é signatária do Pacto das Estatais pela Diversidade e Inclusão, Coordenado pelo MGI. Entretanto, salientou que ainda não há ações mais estruturantes internamente à empresa. Em seguida, a conselheira **JULIANA DORETTO** sugeriu a criação de um **GT** ligado à **Programação Infante-Juvenil**, como uma temática a ser tratada de forma transversal nas Câmaras, porque se pode pensar não apenas em contribuir com a programação da TV Brasil, que existe e é interessante, mas também em programação para rádio e jornalismo, além de programas de educação midiática para essa faixa etária. A esse respeito, a Conselheira **KARINA GOMES**, destacou a necessidade urgente de a EBC criar uma política de educação midiática, com foco não só em crianças e adolescentes, mas também para adultos e idosos que muitas vezes têm dificuldades com isso. O Presidente do Comep, **PEDRO VILELA**, lembrou que houve proposta de programa sobre educação midiática no *pitching* interno feito no início da atual gestão, mas que não saiu do papel. **ELOÍSA GALDINO** sugeriu que os comitês conversem com a Secretaria de Políticas Digitais da Secom, que já tem um trabalho voltado para a educação midiática. A Conselheira **KARINA BARBOSA** também refletiu sobre a urgência de os comitês olharem para o Manual de Jornalismo da EBC, que precisa ser atualizado. Segundo ela, o Manual é uma referência, mas não trata de temas que são inescapáveis para o jornalismo público, como, por exemplo, qual a política editorial de checagem e combate à desinformação e outras questões, para que a EBC tenha um jornalismo que se diferencie dos enquadramentos do jornalismo tradicional. Afirmou, também, não ser possível não termos, em 2026, um manual de jornalismo que não trata de Inteligência Artificial, mudança climática, feminicídio, discurso de ódio. O Conselheiro **MÁRCIO GARONI** concordou com o problema, afirmando que no dia a dia da redação, pelo menos na TV Brasil em São Paulo, não há preocupação com o Manual. Em sua opinião, a TV Brasil não tem conseguido fugir do mesmo que a TV comercial faz, inclusive na cobertura de temas destacados no Manual, como a segurança pública. E mencionou que os jornalistas da EBC têm se defrontado

com uma cobertura, especialmente a partir da contratação do Datena, ainda confusa, que esbarra no governismo, ao mesmo tempo que há um debate sobre segurança pública muito diferente do que está no manual da EBC, por exemplo. De outra parte, o conselheiro **MÁRCIO GARONI** registrou que, depois de muitos pedidos e cobranças dos comitês, foi exibido o episódio do Caminhos da Reportagem [Amar, verbo em transição](#), que estava pronto há quase um ano e havia sido impedido de ser veiculado. O conselheiro **FRED LEÃO** teve que se ausentar antes do fim da reunião, mas enviou uma proposta, que foi lida pela jornalista **KARIANE COSTA**. Ele sugere que os veículos da EBC retratem as pessoas LGBTQIAPN+ a partir de suas contribuições para a sociedade, com personagens nas pautas cotidianas e seus olhares e atuação nas diversas áreas, como na cultura, economia criativa, ciência e política. Não ficar apenas no viés do sofrimento e superação, trazer outros olhares para contribuir com a construção da democracia. A ouvidora **ROBERTA DANTE** sugeriu que a ouvidoria seja acionada para contribuir com as manifestações enviadas sobre cada tema a ser tratado nos grupos. A Presidenta **ANA FLECK** propôs que as conselheiras e os conselheiros que apresentaram propostas para a criação de Grupos de Trabalhos coordenem os respectivos GTs, ao que todos concordaram. Em síntese, houve a aprovação de criação dos seguintes GTs: **1. Acessibilidade**, Conselheira Karem Rezende, do FNDC; **2. Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP)**, Conselheiro Welder Alves Pedroso, da TV e Rádio Encontro das Águas; **3. Representatividade e Diversidade na EBC**, Conselheira Janaína Oliveira, da APAN; **4 - Programação Infanto-Juvenil**, Conselheira Juliana Doretto, da Socicom; e atualização do **Manual de Jornalismo da EBC**, Conselheira Karina Barbosa, da Socicom. **Item 1.6 O QUE OCORRER.** A jornalista **KARIANE COSTA** comunicou os nomes dos representantes que apresentaram renúncia: JACSON AUGUSTO; LÚCIA CORDEIRO; MAURO ALVES GARCIA; RAMÊNIA VIEIRA. Por fim, a Conselheira **AKEMI NITAHARA** solicitou informações sobre contratação da consultoria realizada pela Fundação Dom Cabral. A Assessora Especial, **ELOISA GALDINO**, esclareceu que a contratação mencionada foi realizada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, tendo como objeto a elaboração de um estudo preliminar voltado às empresas dependentes do Tesouro, destacando que o referido estudo possui caráter estritamente preliminar. Também informou que os temas tratados nas reuniões dos comitês estão tendo encaminhamento junto à Diretoria Geral nos termos solicitados. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezoito horas e trinta e cinco minutos.



Documento assinado eletronicamente por **Karem Aparecida Simas Resende, Usuário Externo**, em 30/04/2026, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Philippini Ferreira Borges da Silva, Usuário Externo**, em 30/04/2026, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Doretto, Usuário Externo**, em 01/05/2026, às 00:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Freire Rosa, Usuário Externo**, em 01/05/2026, às 06:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Fleck Saibro, Usuário Externo**, em 01/05/2026, às 08:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Welder Alves Pedroso, Usuário Externo**, em 01/05/2026, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filomena Maria Avelina Bomfim, Usuário Externo**, em 01/05/2026, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karina Gomes Barbosa da Silva, Usuário Externo**, em 04/05/2026, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maiara Sobral Silva, Usuário Externo**, em 05/05/2026, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samira de Castro Cunha, Usuário Externo**, em 07/05/2026, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Akemi Nitahara Souza, Membro do Comitê**, em 07/05/2026, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Rafael Vilela Ferreira, Presidente do Comitê**, em 14/05/2026, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ebc.com.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ebc.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ebc.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0252447** e o código CRC **644F173C**.

Setor Comercial Sul - SCS Quadra 08, Bloco B-50/60, 1º Subsolo, Edifício Venâncio 2000 - Bairro Asa Sul,
Brasília/DF - CEP 70333-900 - www.ebc.com.br

Processo nº 53400-004688/2026-06

SEI nº 0252447